



**ESTADO DE GOIÁS**  
**SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**  
**GABINETE**

**o PORTARIA Nº 601 /2011-GAB.**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643, de 10 de junho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III Art. 4º do Cap. III da Lei Estadual nº 12.603, de 07 de abril de 1.995, do Cap. II, Art. 10, da Lei Estadual nº 13.123, de 16 de julho de 1.997 e do que consta o Processo nº 14914/2009- 16777 **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Outorgar a **ADF LAVOURA E PECUÁRIA LTDA**, CNPJ nº **04.378.969/0001-51**, por **12 (doze) anos** o uso das águas do **Córrego Tira Chapéu**, no ponto de coordenadas **14º45'15,2"S** e **47º57'27,4"W**, no trecho localizado na | , no município de **Niquelândia**, Estado de Goiás, para **acumulação de água em uma barragem**.

**Parágrafo Único** – Todas as obras e projetos e estudos hidrológicos desta concessão, deverão ser executados no prazo de **01 (um) ano**, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no processo acima mencionado.

**Art. 2º** - Atingindo nos períodos de estiagem, vazão insuficiente para garantir o fluxo compatível com outros usos, fica o outorgado obrigado a reduzir a captação de forma a garantir uma vazão mínima, determinada pela **SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS / SEMARH**.

**Art. 3º** - A outorga prevista no caput do Art. 1º teve por estudo a Caracterização hídrica realizada pelo **GEOGRAFA ROSANE GAMA OLIVEIRA LIMA**, CREA Nº **7518/D-GO** e o Levantamento Planialtimétrico realizado pelo **TÉCNICO EM AGRIMENSURA ELIZANDRO AVELINO DE JESUS**, CREA Nº **5054/TD-GO**, os quais tornam-se **Responsáveis Técnicos**, perante o Governo do Estado de Goiás, nos termos das Anotações de Responsabilidade Técnica.

**Art. 4º** - Para a proteção do manancial, fica o outorgado obrigado à:

- I. Utilizar técnicas adequadas no manejo e conservação dos solos;
- II. Manter a classe do manancial, conforme Resolução nº 357, de 17 de março de 2.005 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA;
- III. Recompôr e preservar as matas ciliares, conforme previsto em Lei nº 12.596, de 14 de março de 1.995, que institui a Política Florestal do Estado de Goiás e dá outras providências;
- IV. Verificar, junto aos órgãos competentes, a necessidade de requerer Licenciamento Ambiental;
- V. A barragem possui um volume acumulado de **71.945,93 m<sup>3</sup> (setenta e um mil novecentos e quarenta e cinco vírgula noventa e três metros cúbicos)**, e terá por finalidade atender a demanda de um equipamento de irrigação (P. 16782). O escoamento á jusante é realizado através do elemento de **descarga de fundo tipo monge** com 1,5 m de largura. O volume total acumulado no barramento é suficiente ao atendimento da finalidade descrita e á manutenção da vazão mínima necessária á jusante.

**Art. 5º** - O outorgado responderá criminalmente pelo não cumprimento das condições impostas nesta Portaria.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.